Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

05/11/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   1.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 2 - 6
   2.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO..... 7
   2.3. COMARCAS..... 8
   2.4. DECISÕES..... 9
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 10 - 11
   3.2. DECISÕES..... 12
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 13 - 14
   4.2. DECISÕES..... 15
   4.3. ESMAM..... 16
   4.4. JUÍZES..... 17 - 18
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. PROJETO JUSTIÇA NOS BAIRROS..... 19
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 20 - 21
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA..... 22 - 24
   7.2. AÇÕES CORREGEDORIA..... 25
   7.3. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS..... 26
   7.4. DECISÕES..... 27 - 30
   7.5. FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 31
   7.6. VARA CRIMINAL..... 32

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito recebe homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão

O prefeito Edivaldo recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

O prefeito Edivaldo, que também compôs a mesa da cerimônia, recebeu a medalha das mãos da vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que presidiu o ato solene de entrega da comenda. A honraria concedida ao prefeito foi proposta pela desembargadora Cleonice Silva Freire. Edivaldo destacou a importância da homenagem como cidadão e chefe do Executivo ludovicense.

"É uma grande honra ser agraciado com tão importante comenda no momento em que o Tribunal de Justiça do Estado celebra seus 202 anos de instituição. O reconhecimento só nos estimula a trabalhar cada vez mais em favor da sociedade e sempre em consonância com a Justiça", disse o prefeito.

Prefeito Edivaldo recebe homenagem do TJ

MÉRITO JUDICIÁRIO - Criada em dezembro de 1967, a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo" cultua a memória daquele que foi o primeiro chanceler do Tribunal de Relação do Maranhão. É concedida a personalidades com reconhecida prática de atos ou serviços em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Foram agraciados também com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo, o coronel Raimundo Nonato Santos Sá; os advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite, Nivaldo Costa Guimarães, Bruno Duailibe, Eduardo Moreira e Carlos Augusto Couto; o procurador geral do município, Marcos Luís Braid Simões; a procuradora de Justiça Nilde Cardoso Sandes, entre outros. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão - foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares Fonseca, e ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho.

Na solenidade, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do ato para o Poder Judiciário do Maranhão e para as pessoas agraciadas com a honraria. "O Tribunal de Justiça agradece a todos os homenageados e os parabeniza pela honraria recebida", disse a desembargadora.

SOLENIDADE - Compuseram também a mesa da solenidade de entrega das medalhas o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca; o procurador Regional da República da 3ª Região, Sergei Medeiros Araújo; o subprocurador de Justiça do Ministério Público do Maranhão, Francisco das Chagas Barros; o presidente da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), Mário Macieira; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos. A solenidade também contou com a presença da primeira-dama, Camila Holanda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reconhecimento

O advogado Daniel Leite foi um dos agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo pelos relevantes serviços prestados à Justiça.

A honraria concedida pelo Tribunal de Justiça foi proposta pelos desembargadores Lourival Serejo e José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

- É uma honra ter o nosso trabalho reconhecido e aumenta a nossa responsabilidade em contribuir com a Justiça - declarou o homenageado.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CLIC

Fotos/Divulgação

O ADVOGADO Bruno Duailibe com o filho Bruno, o desembargador Ricardo Duailibe e o desembargador eleitoral Eduardo Moreira

Gente nova na solenidade

O grande sucesso na solenidade de condecoração, realizada ontem, no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi o garoto Bruno Murad Sarney Duailibe, que fez questão de acompanhar o pai, advogado Bruno Duailibe, que foi um dos condecorados com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, indicado, juntamente com o desembargador eleitoral, Eduardo José Leal Moreira, pelo desembargador Ricardo Bugarin Duailibe.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

202 anos do TJMA

O Tribunal de Justiça completou 202 anos de sua instalação no Maranhão e para comemorar, a terceira mais antiga Corte do Brasil homenageou magistrados, servidores e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça com as medalhas Bento Moreira Lima, Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Vellozo.

Uma solenidade especial foi realizada na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua. A "Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima" foi entregue a magistrados maranhenses com 10 e 20 anos de serviço no Judiciário.

Com 20 anos, foram condecorados os juízes José dos Santos Costa e José Brígido da Silva Lages. Pelos 10 anos de serviço, receberam a medalha Gláucia Helen Maia de Albuquerque, Lucio Paulo Fernandes Soares, Débora Jansen Castro Trovão, Nirvana Maria Mourão Barroso, Pedro Guimarães Júnior, Jerusa de Castro Duarte Mendes Fontenele Vieira, Ana Gabriela Costa Everton e Edilza Barros Ferreira Lopes Viégas.

Outras 23 personalidades e autoridades receberam as medalhas "Cândido Mendes" e "Antônio Rodrigues Vellozo", em reconhecimento pela prestação de relevantes serviços à Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Honraria

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes. A honraria é a mais alta comenda entregue pelo TJMA. Humberto Coutinho figurou entre as 23 personalidades e autoridades agraciadas com as medalhas Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Velozzo, em reconhecimento ao papel que desempenharam na prestação de serviços relevantes à Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ presta homenagem a personalidades para festejar seus 202 anos

Magistrados e outras autoridades receberam medalhas em reconhecimento pelos serviços que já prestaram à Justiça e, em especial, ao Judiciário maranhense

Divulgação

Sessão solene marcou a comemoração dos 202 anos do TJMA, ontem

O reconhecimento pelos serviços prestados à Justiça, com a entrega de medalhas Desembargador Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo e do Mérito Especial Cândido Mendes a diversas personalidades e magistrados, marcou a comemoração dos 202 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão solene ocorrida ontem.

A vice-presidente do TJ, desembargadora Anildes Cruz, presidiu a mesa de honra da solenidade composta também pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Reynaldo Soares;pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma), juiz Gervásio Santos, pelo procurador da República Sergei Medeiros; pelo prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior,pelo presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), Mário Macieira, e pelo procurador de Justiça Francisco das Chagas Barros de Sousa.

Anildes Cruz disse que a solenidade é uma maneira de relembrar a história e evolução do Tribunal e de incentivar os magistrados e todos que contribuem para a credibilidade da Corte. "Sempre contamos com nossos juízes e servidores para alcançarmos o reconhecimento pelo trabalho do Judiciário", avaliou.

O oficial de Justiça Vicente Urbano Aroucha disse que a homenagem representa orgulho, satisfação e alegria ao reconhecer seus 34 anos de trabalho. "Vou continuar trabalhando com afinco, diligência e amor pelo que faço", pontuou.

O ministro Reynaldo Fonseca falou em nome dos homenageados e elogiou o reconhecimento da Corte, defendendo a necessidade de mais diálogo dentro da sociedade para a reconquista do constitucionalismo fraternal e redução dos processos judiciais. Ele ressaltou o trabalho do TJMA na história democrática do país e frente às exigências sociais por mais celeridade e eficiência. "Enquanto símbolo de democratização, a Justiça passou a ir até a comunidade, especialmente os mais necessitados", observou.

O desembargador José de Ribamar Castro falou em nome do TJMA e ressaltou a responsabilidade dos agentes públicos no combate à corrupção e desonestidade, instrumento essencial na construção de um mundo mais justo e digno, o que vem sendo buscado há vários anos pelo Tribunal e por todos os homenageados na sessão. ●

MEDALHAS

Homenageados pelo Judiciário

Foram agraciados os juízes Pedro Guimarães, Edilza Barros Ferreira, Jerusa de Castro Duarte Mendes, Ana Gabriela Everton, Lúcio Paulo Fernandes Soares, José dos Santos Costa e José Brígido da Silva Lages; o prefeito Edivaldo Holanda Júnior; o coronel Raimundo Nonato Santos Sá; os advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite, Nivaldo Costa Guimarães, Bruno Duailibe, Eduardo Moreira e Carlos Augusto Couto; o procurador do município, Marcos Luis Braid Simões; as procuradoras Nilde Sandes e Selene Coelho de Lacerda; o procurador regional da República (3ª Região), Sergei Medeiros; o juiz federal Clodomir Sebastião Reis; o servidor mais antigo do TJ, o oficial de Justiça Vicente Urbano Mendes Aroucha; o ministro Reynaldo Soares Fonseca e o deputado Humberto Coutinho.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Inscrições abertas para casamento comunitário

PASTOS BONS - As inscrições na Comarca de Pastos Bons estão abertas para realizar duas cerimônias do Projeto Casamento Comunitário. As duas celebrações acontecerão no dia 3 de dezembro, sendo a primeira em Nova Iorque, que é termo da comarca, às 8h. A segunda acontecerá às 17h, em Pastos Bons. Interessados em oficializar a união tem até o dia 18 de novembro para realizar suas inscrições.

Divulgação

Noivos deverão ter documentos necessários

PASTOS BONS - Os noivos do casamento comunitário em Pastos Bons e em Nova Iorque devem ficar atentos para os documentos necessários, conforme cada caso. Quando solteiros, devem comparecer portando certidão de nascimento original ou cópia autenticada. Na condição de divorciado é necessária a certidão do casamento anterior com a averbação do divórcio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça

A juíza Vanessa Machado Lordão determinou ao Governo do Estado que recupere trecho da rodovia MA-006, que liga Alto Parnaíba a Tasso Fragoso.

A decisão ocorreu após apreciação de ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça de Alto Parnaíba.

O Governo terá de apresentar, num prazo de 30 dias, o cronograma de realização e conclusão das obras, sob pena de multa diária de R$ 15 mil.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

De volta

O prefeito de Balsas, Luiz Rocha Filho (PSB), o Rochinha, conseguiu reverter, no Tribunal de Justiça do Maranhão, decisão pelo seu afastamento do cargo.

Ao julgar recurso do socialista, o desembargador Jamil Gedeon cassou decisão do juiz Pedro Holanda Pascoal.

Com isso, Rochinha segue no comando do Município.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito Edivaldo Holanda recebe homenagem do Tribunal de Justiça

Pag. 03

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MÉRITO JUDICIÁRIO

Prefeito Edivaldo recebe homenagem do TJ

A comenda homenagea personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça

O prefeito Edivaldo recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), ontem (4), a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

O prefeito Edivaldo, que também compôs a mesa da cerimônia, recebeu a medalha das mãos da vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que presidiu o ato solene de entrega da comenda. A honraria concedida ao prefeito foi proposta pela desembargadora Cleonice Silva Freire. Edivaldo destacou a importância da homenagem como cidadão e chefe do Executivo ludovicense.

"É uma grande honra ser agraciado com tão importante comenda no momento em que o Tribunal de Justiça do Estado celebra seus 202 anos de instituição. O reconhecimento só nos estimula a trabalhar cada vez mais em favor da sociedade e sempre em consonância com a Justiça", disse o prefeito.

MÉRITO JUDICIÁRIO - Criada em dezembro de 1967, a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo" cultua a memória daquele que foi o primeiro chanceler do Tribunal de Relação do Maranhão. É concedida a personalidades com reconhecida prática de atos ou serviços em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Foram agraciados também com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo, o coronel Raimundo Nonato Santos Sá; os advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite, Nivaldo Costa Guimarães, Bruno Duailibe, Eduardo Moreira e Carlos Augusto Couto; o procurador geral do município, Marcos Luís Braid Simões; a procuradora de Justiça Nilde Cardoso Sandes, entre outros. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão - foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares Fonseca, e ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho.

Na solenidade, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do ato para o Poder Judiciário do Maranhão e para as pessoas agraciadas com a honraria. "O Tribunal de Justiça agradece a todos os homenageados e os parabeniza pela honraria recebida", disse a desembargadora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

- ICMS

Os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, indeferiram, em sessão, realizada dia 16 de outubro de 2015, em São Luís, o Agravo Regimental impetrado pela Companhia de Distribuição Araguaia (CDA) contra a Portaria 388/2015 do secretário de Fazenda, Marcellus Ribeiro, que revogou benefícios fiscais de ICMS concedido para empresa que opera na comercialização de grãos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

Homenagens nos 202 anos do TJMA

Na solenidade, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do ato para o Poder Judiciário do Maranhão e para as pessoas agraciadas com a honraria. O prefeito Edivaldo recebeu a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade no Salão do Pleno. PÁGINA 3\POLÍTICA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

MÉRITO

TJMA homenageia prefeito Edivaldo

O prefeito Edivaldo recebeu ontem do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

O prefeito Edivaldo, que também compôs a mesa da cerimônia, recebeu a medalha das mãos da vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que presidiu o ato solene de entrega da comenda. A honraria concedida ao prefeito foi proposta pela desembargadora Cleonice Silva Freire. Edivaldo destacou a importância da homenagem como cidadão e chefe do Executivo ludovicense.

"É uma grande honra ser agraciado com tão importante comenda no momento em que o Tribunal de Justiça do Estado celebra seus 202 anos de instituição. O reconhecimento só nos estimula a trabalhar cada vez mais em favor da sociedade e sempre em consonância com a Justiça", disse o prefeito.

Criada em dezembro de 1967, a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo" cultua a memória daquele que foi o primeiro chanceler do Tribunal de Relação do Maranhão. É concedida a personalidades com reconhecida prática de atos ou serviços em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior recebeu das mãos da desembargadora Anildes Cruz a medalha ao mérito

Foram agraciados também com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo, o coronel Raimundo Nonato Santos Sá; os advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite, Nivaldo Costa Guimarães, Bruno Duailibe, Eduardo Moreira e Carlos Augusto Couto; o procurador geral do município, Marcos Luís Braid Simões; a procuradora de Justiça Nilde Cardoso Sandes, entre outros. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão - foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares Fonseca, e ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho.

Na solenidade, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do ato para o Poder Judiciário do Maranhão e para as pessoas agraciadas com a honraria. "O Tribunal de Justiça agradece a todos os homenageados e os parabeniza pela honraria recebida", disse a desembargadora.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Intromissão indevida (1)

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por seu colegiado especial, declarou inconstitucional o parágrafo único do artigo 210, da Lei Orgânica do Município de São Luís, que condiciona o aumento das tarifas de transporte coletivo e de táxis da capital maranhense ao referendo da Câmara Municipal.

Intromissão indevida (2)

A decisão é do desembargador Cleones Cunha, presidente eleito do TJ, no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior. Cunha confirmou a medida cautelar, concedida pelo relator substituto, desembargador Marcelo Carvalho. A lei municipal representa intromissão indevida da Câmara em matéria privativa do Executivo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

XXII Congresso Brasileiro de Magistrados

AURELIANO NETO
JUIZ DE DIREITO

O XXII Congresso Brasileiro de Magistrados foi realizado nos dias 29 a 31 de outubro, em Rio Quente, Goiás, e tratou de vários temas importantes para a justiça e cidadania brasileira, como "O Direito e Transformação Social", cuja palestra foi proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, destacando as mudanças do papel do juiz em face dos novos desafios sociais e condenando a cultura do litígio. Outros temas foram desenvolvidos com proficiência, como "O Magistrado e o Novo CPC", ou, ainda "Técnicas de Mediação e Conflito", com a exposição feita pelo juiz André Gomma de Azevedo, que já esteve em São Luís, participando de evento patrocinado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Também foi desenvolvido o painel "Solução de Conflitos: Conciliação e Arbitragem", tendo como expositores os ministros do Superior Tribunal de Justiça Luiz Felipe Salomão e Marco Aurélio Buzzi. Contou ainda o XXII Congresso com a presença do sociólogo e professor Sérgio Adorno, que participou do painel "Justiça e Sociedade: Percepções e Experiências".

Examinemos alguns pontos fundamentais do que foi exposto e debatido nesse importante congresso de magistrados.

O ministro Luís Roberto Barroso discorreu sobre a transformação da sociedade em que vivemos, e, como decorrência, sobre a aplicação do direito na solução das situações novas que surgem. E, na sua palestra, referiu-se ao papel do juiz atual que difere do magistrado moldado em outros valores, ressaltando que "o papel do juiz era, no passado, de identificar as normas aplicáveis e fazer valer nos casos concretos a solução que o legislador ou o constituinte já havia previsto nas leis". Tratava-se, quis dizer o ministro, de uma função eminentemente técnica, não mais adequada à sociedade de nossos tempos, marcada pela complexidade, pelo pluralismo e pela diversidade. Enfatiza: "O Direito já não consegue prever toda a gama de situações que ocorrem nessa sociedade complexa que vivemos. De modo que, em múltiplos casos, o juiz se torna coparticipante no processo de criação do Direito naquelas situações para as quais não existe uma solução pré-pronta."

Não deixa de ter razão o ministro Barroso, mesmo porque a norma jurídica, por mais clara que seja, sempre será interpretada, uma vez que o texto legal não é meramente aplicado, mas deve ser compreendido, não apenas num exercício literal, mas cultural, elaborando-se o direito ante a solução do caso concreto. Por isso, a norma não está no texto; está na decisão, já que a regra positivada é apenas uma referência, a ser interpretada ante a complexidade do conflito a ser equacionado por quem decide conflito. Nesse sentido, Eros Grau, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, na sua obra "Ensaio e Discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito", afirma que 'o produto da interpretação é a norma", para assim resumir: "a norma encontra-se, em estado de potência, involucrada no texto". O texto normativo precisa ser compreendido pelo intérprete (o mundo do dever ser) na busca da solução para fatos controvertidos (o mundo do ser). Essa, em essência, a coparticipação do juiz na criação do Direito. Apenas um aviso: aqui não se trata de ativismo judicial.

O ministro Barroso ainda denuncia o sistema punitivo do Brasil que "é feito para pegar pobre". Não disse mais do que o óbvio. Basta que se faça uma descompromissada visita às nossas cadeias públicas ou penitenciárias e constata-se essa brutal realidade, produto de um sistema desigual e injusto, em que os mais ricos continuam mais ricos, e os pobres ficam cada vez mais miseráveis. Recente notícia dos nossos jornais diz que, "apesar da recessão", ou seja, da tão difundida crise econômica, os bancos brasileiros têm o seu lucro elevado. Exemplificando: o Bradesco e o Santander, no terceiro trimestre deste ano, lucraram R$ 4,12 bilhões e R$ 1.266 bilhões, em relação ao mesmo período de 2014. Já o empregado desses bancos, para ter alguns centavos de aumento, precisa fazer greve. E ainda é incompreendido.

Por todas essas contradições, enfatiza o ministro Barroso: vivemos a epidemia de processos. São mais de cem milhões de ações tramitando pelo Judiciário de nossa pátria amada. O juiz brasileiro está atolado acima do pescoço. E isso em todas as instâncias. Não há exceção.

Luiz Felipe Salomão, do STJ, no painel "Solução de Conflitos: Conciliação e Arbitragem", afirma que Brasil possui a segunda maior carga de trabalho do mundo: 4.616 processos por juiz, com uma taxa de congestionamento de 70%. Já o ministro do STJ Marco Aurélio Buzzi cita números avassaladores e acrescenta: "No Brasil, a expressão procurar Justiça ainda é sinônimo de ajuizar ação judicial." É a cultura da litigância, um vírus que contamina toda a sociedade brasileira. Ninguém quer perder; todos querem ganhar.

O somatório desses fatores negativos levou o sociólogo Sérgio Adorno a produzir esse alerta: "Há algo que nos divide – a violência." De fato, não somos o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda. Cultivamos a cultura do conflito. A violência nos divide. Hoje, acentuadamente, refletida no ódio. Para o Judiciário, fica a espinhosa tarefa da pacificação.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PRAZO

Prefeito Gil Cutrim aguarda notificação

Apesar de condenado por descumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta, o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, ainda não chegou a ser notificado pelo Tribunal de Justiça

ESPECIAL JOÃO CARVALHO JR.

Quatorze dias após decisão judicial que condenou o prefeito de São José de Ribamar, Gil Cutrim, pelo não cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Estado do Maranhão, a notificação ainda não chegou ao condenado.

De acordo com a assessoria do prefeito, ele não poderia ser notificado, já que uma resolução assinada pela desembargadora Cleonice Silva Freire, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, datada no dia 22 de outubro, suspendia os prazos processuais, audiências, intimações e citações no âmbito da Justiça estadual. O motivo seria a greve dos servidores do Judiciário.

Mas, no último dia 29, a presidente reviu a decisão e modificou o texto. Segundo a assessoria do TJMA, todos os casos que estiverem no âmbito do segundo grau voltam a rolar normalmente. O texto foi assinado no meio da manhã da quinta-feira passada, mas só foi publicado no Diário da Justiça na última terça-feira, data em que começam a ser contados ou recontados os prazos.

O "X" da questão está na greve dos servidores públicos. Paralisados desde o dia 13 de outubro, a ausência deles tem impedido a realização de alguns serviços. A greve foi iniciada antes do dia da decisão judicial que condenou Gil Cutrim, ocorrida em 21 de outubro. Ela teria sido publicada no dia 27, mas, no dia 22, veio a decisão de suspensão de serviços, como intimação. Com a mudança feita uma semana depois, o caso de Gil Cutrim ficou aguardando apenas a hora da publicação para voltar a correr normalmente. Com a publicação da nova portaria, a notificação deve ser feita nos próximos dias, a contar de ontem.

A demora em receber a notificação foi por conta da greve dos servidores

O outro lado

Em contato com a assessoria do prefeito Gil Cutrim, foi repassado à equipe de **O Imparcial** que a notificação ainda não foi entregue. Assim que ela chegar ao advogado do prefeito, as medidas cabíveis serão tomadas, como recorrer, obedecendo todos os prazos legais. A assessoria afirma que tanto o prefeito, como o seu jurídico, estão confiantes na inversão do quadro, com a modificação da decisão. "O recurso será apresentado junto ao juiz que proferiu a sentença. Somente a partir daí, quando as contrarrazões forem apresentadas, o processo será encaminhado ao TJ". Ainda de acordo com a assessoria, a Prefeitura de Ribamar está cumprindo o TAC, sendo que faltariam menos de 50 concursados a serem nomeados. "O concurso ainda está em vigor", concluiu.

Para saber mais

Relembre o caso de Gil Cutrim

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça condenou o prefeito Gil Cutrim à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, pagamento de multa no valor de 50 vezes a última remuneração recebida no cargo e proibição de contratar com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos. A decisão foi proferida pelo juiz Jamil Aguiar da Silva, acolhendo Ação Civil Pública por improbidade administrativa proposta pela promotora de Justiça Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de São José de Ribamar.

A motivação para a condenação judicial foi o não cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que determinava a convocação e nomeação dos candidatos aprovados e classificados no concurso, em substituição aos contratados temporariamente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Manhã Cidadã e projeto Justiça nos Bairros chegam ao grande Santa Rita

Casamento Comunitário acontece hoje e durante todo o dia serão ofertados serviços de beleza, saúde e jurídicos aos noivos e à comunidade

Sara Ribeiro

Dando continuidade a uma parceria que deu certo, a Prefeitura de Imperatriz, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), e o poder judiciário de Imperatriz realizam hoje (05), logo mais à noite, mais uma edição do Casamento Comunitário. O evento será realizado no Ginásio da Escola Santa Luzia, situado na Rua Sergipe, bairro Santa Rita, com início às 17h. Dessa vez, serão 200 casais a unir-se em matrimônio.

O casamento faz parte do projeto Justiça nos Bairros, coordenado pela 2ª Vara de Família de Imperatriz, através do juiz de Direito Adolfo Pires, da juíza Ana Beatriz Jorge de Carvalho, com a participação de vários outros magistrados. O Casamento Comunitário visa beneficiar à população carente dos bairros periféricos da cidade.

Além do casamento, foi pensada toda uma programação para hoje que irá contemplar não só os noivos, mas também a comunidade do grande Santa Rita e bairros georreferenciados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Santa Rita. No CRAS serão ofertadas palestras com temáticas sobre o Direito do Consumidor, com o Dr. José Ribamar Serra; Violência Doméstica, com o Dr. Aleniton Santos; Recadastramento Biométrico; Averiguação de processos judiciais em andamento. Os instrutores do CRAS e do SENAC também oferecerão um momento de beleza para as noivas, como depilação, manicure, limpeza de pele, cabelo e maquiagem.

Em paralelo à ação no CRAS, será realizada ainda uma extensão do projeto Manhã Cidadã no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, situado na rua 14, nº 61, Parque São José, que ofertará atendimentos jurídicos, atendimento de saúde, nutricional, orientações do Bolsa Família, serviços de beleza e um espaço recreativo para a criançada.

Enfim, o dia foi todo pensado para atender à população em vários locais do bairro. Para finalizar essa programação, no dia 06 haverá na Escola Guilherme Dourado, na rua 16, nº 36, uma palestra com o juiz da Vara da Infância, Delvan Tavares, que tratará sobre Drogas. *[ASCOM]*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito Edivaldo recebe homenagem do TJMA

O prefeito Edivaldo recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (4), a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Pág - 3

A.Baeta

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito Edivaldo recebe homenagem do Tribunal de Justiça do Maranhão

A.Baeta

O prefeito Edivaldo recebeu do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), nesta quarta-feira (4), a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo", em solenidade especial realizada no Salão do Pleno do Tribunal de Justiça. A concessão da honraria é parte das comemorações pelos 202 anos de instalação da Corte Judiciária maranhense. A comenda tem como objetivo homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

O prefeito Edivaldo, que também compôs a mesa da cerimônia, recebeu a medalha das mãos da vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, que presidiu o ato solene de entrega da comenda. A honraria concedida ao prefeito foi proposta pela desembargadora Cleonice Silva Freire. Edivaldo destacou a importância da homenagem como cidadão e chefe do Executivo ludovicense.

"É uma grande honra ser agraciado com tão importante comenda no momento em que o Tribunal de Justiça do Estado celebra seus 202 anos de instituição. O reconhecimento só nos estimula a trabalhar cada vez mais em favor da sociedade e sempre em consonância com a Justiça", disse o prefeito.

MÉRITO JUDICIÁRIO

Criada em dezembro de 1967, a Medalha do Mérito Judiciário "Antônio Rodrigues Vellozo" cultua a memória daquele que foi o primeiro chanceler do Tribunal de Relação do Maranhão. É concedida a personalidades com reconhecida prática de atos ou serviços em favor do Poder Judiciário do Maranhão.

Foram agraciados também com a Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo, o coronel Raimundo Nonato Santos Sá; os advogados Daniel de Faria Jerônimo Leite, Nivaldo Costa Guimarães, Bruno Duailibe, Eduardo Moreira e Carlos Augusto Couto; o procurador geral do município, Marcos Luís Braid Simões; a procuradora de Justiça Nilde Cardoso Sandes, entre outros. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes - mais alta comenda do Poder Judiciário do Maranhão - foi concedida ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares Fonseca, e ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho.

Na solenidade, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, destacou a importância do ato para o Poder Judiciário do Maranhão e para as pessoas agraciadas com a honraria. "O Tribunal de Justiça agradece a todos os homenageados e os parabeniza pela honraria recebida", disse a desembargadora.

SOLENIDADE

Compuseram também a mesa da solenidade de entrega das medalhas o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Reynaldo Soares da Fonseca; o procurador Regional da República da 3ª Região, Sergei Medeiros Araújo; o subprocurador de Justiça do Ministério Público do Maranhão, Francisco das Chagas Barros; o presidente da Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA), Mário Macieira; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos. A solenidade também contou com a presença da primeira-dama, Camila Holanda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

HONRARIA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes. A honraria é a mais alta comenda entregue pelo TJMA. Humberto Coutinho figurou entre as 23 personalidades e autoridades agraciadas com as medalhas Cândido Mendes e Antônio Rodrigues Velozzo, em reconhecimento ao papel que desempenharam na prestação de serviços relevantes à Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

«Sempre contamos com nossos juízes e servidores para alcançarmos o reconhecimento pelo trabalho do Judiciário", avaliou a desembargadora Anildes Cruz, sobre as homenagens pelos 202 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• O Tribunal de Justiça realizou, ontem, sessão solene de comemoração dos seus 202 anos de instalação, com a concessão das medalhas Desembargador Bento Moreira Lima, do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Velozzo e do Mérito Especial Cândido Mendes, em reconhecimento a pessoas que prestaram relevantes serviços à Justiça.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Sergio Frota celebra criação da Unidade Especial do Torcedor

O deputado estadual Sergio Frota (PSDB) segue trabalhando para aplicar melhorias no esporte maranhense. Nesta quarta-feira, 04, comemorou o parecer favorável da Corregedoria Geral da Justiça para a implantação do programa Unidade Especial do Torcedor. Projeto que garante implementação dos direitos e garantias previstos no Estatuto do Torcedor. A desembargadora Nelma Sarney assinou o provimento ao lado do deputado garantia do pleno funcionamento da Unidade Especial do Torcedor ainda para este ano de 2015, no estádio Castelão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prazo para empresas participarem do Balcão de Renegociação de Dívidas vai até 13 de novembro

Empresas interessadas em participar do "Balcão de Renegociação de Dívidas" – evento idealizado pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para ampliar as oportunidades de conciliação (pré-processual) entre clientes e empresas dos mais diversos segmentos do mercado, devem enviar e-mail para: conciliar@tjma.jus.br, até 13 de novembro.

A primeira etapa do projeto está prevista para acontecer no período de 30 de novembro a 4 de dezembro, no Sebrae, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana (Cohafuma). No local, as empresas participantes irão disponibilizar stands para receber o público, identificar suas dívidas e oferecer condições de pagamento.

A ação integra o programa "Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos", apresentado pelo presidente do Núcleo de Conciliação (Nupemec/TJMA), desembargador José Luiz Almeida, e o coordenador, juiz Alexandre Abreu, a representantes de diversas empresas e instituições parceiras do Judiciário, durante reunião realizada no Fórum de São Luís.

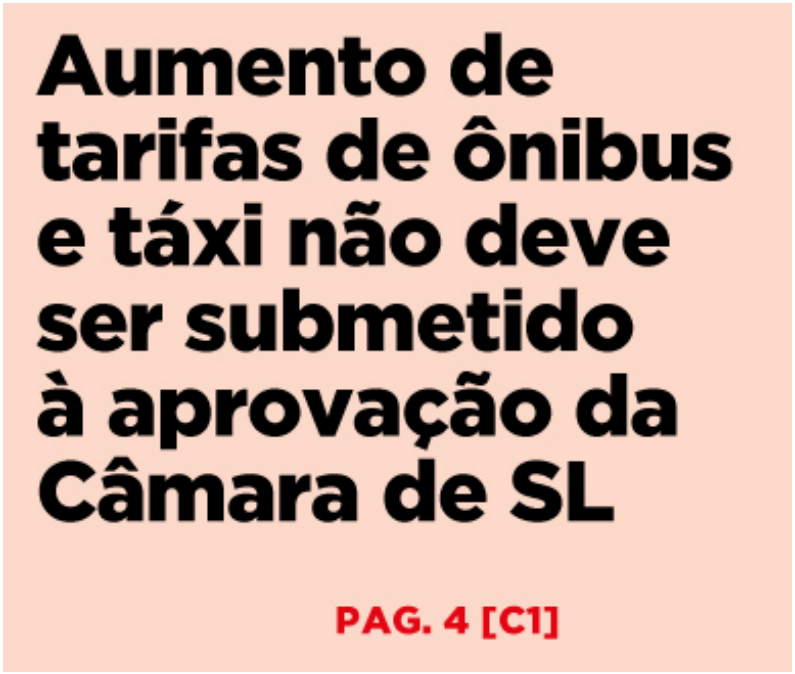
O juiz Alexandre Abreu explica que o objetivo do programa é difundir a cultura da negociação direta como mecanismo para evitar o superendividamento – tema amplamente/ atualmente discutido no Congresso Nacional, com a finalidade de prevenir o endividamento excessivo da pessoa natural, estimulando o crédito responsável e a educação financeira do consumidor.

APOIO

A iniciativa conta com a parceria da Associação Comercial do Maranhão (ACM), Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE) e Sebrae.

Outras informações podem ser obtidas por meio do Telejudiciário (0800-7071581) e dos Centros de Conciliação do Fórum – pelo telefone (98) 3194-5676, e da Rua do Egito – pelo (98) 3261-6280.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Aumento de tarifas de ônibus e táxi não deve ser submetido a aprovação da Câmara Municipal

O Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 210 da Lei Orgânica do Município de São Luís, que condicionava o aumento das tarifas de transporte coletivo e de táxis da capital maranhense ao referendo da Câmara Municipal.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo prefeito Edivaldo Holanda Júnior, o relator do processo, desembargador Cleones Cunha, confirmou a medida cautelar que havia sido concedida pelo relator substituto, desembargador Marcelo Carvalho, também considerando ilegal a majoração das passagens de transporte e da unidade taximétrica ao referendo do Legislativo Municipal.

O magistrado afirmou que condicionar a majoração das tarifas de transporte coletivo à aprovação da Câmara Municipal representa indevida intromissão do Poder Legislativo em matéria tipicamente administrativa, que compete privativamente ao Executivo Municipal, prerrogativa assegurada pelo artigo 188 da Constituição Estadual do Maranhão.

Considerou, ainda, o fato de tratar-se de serviços prestados pelo poder público à coletividade, mesmo por intermédio de empresas concessionárias. Nesse sentido, conforme artigo 175 da Constituição Federal, qualquer interferência nas tarifas pelos vereadores implicaria em indevida ingerência na organização da própria administração pública.

"O dispositivo legal não se ajusta ao modelo disposto na Constituição Estadual, que atribui ao chefe do Poder Executivo as atribuições de planejar e de executar o transporte coletivo de passageiros (serviço público essencial)", frisou. (Processo: 026452/2014).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal de Justiça mantém decisão do Governo de revogar isenção ilegal de ICMS

PAG. 3 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal de Justiça mantém decisão do Governo de revogar isenção ilegal de ICMS

Os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, indeferiram, em sessão, realizada dia 16 de outubro de 2015, em São Luís, o Agravo Regimental impetrado pela Companhia de Distribuição Araguaia (CDA) contra a Portaria 388/2015 do secretário de Fazenda, Marcellus Ribeiro, que revogoubenefícios fiscais de ICMS concedido para empresa que opera na comercialização de grãos.

A Justiça Estadual já havia negado liminar em Mandado de Segurança da empresa Goiana que recebeu benefícios de ICMS sem previsão em Lei específica, violando o art. 150, § 6º, da Constituição federal e o art. 176 do Código Tributário Nacional. A decisão foi formalizada pelo relator desembargador Antonio Guerreiro Júnior no Acórdão 172704/2015 e adefesa do Estado foi coordenada pela Procuradoria Geral do Estado.

O desembargador alegou que a administração pública tem o poder derever seus próprios atos quando estes contêm vícios insanáveis, de acordo com o que determinam os princípios da isonomia, moralidade, impessoalidade e segurança jurídica.

O regime especial revogado pela Portaria 388/2015 destinava à empresa que opera com arroz, a carga tributária de apenas 2% de ICMS nas vendas internas. O benefício permitia, também, que o estabelecimento adquirisse arroz em outra unidade da Federação, sem o pagamento do valor do ICMS complementar exigido pelo Estado para compensar o benefício ilegal, concedido pelo estado remetente do cereal, em detrimento de milhares de outras empresas do Estado que vendem as mesmas mercadorias.

Na prática o Regime Especial revogado pela Portaria 388/15, beneficiava o agronegócio de outros estados. A empresa comprava todo o arroz em outros estados e realizava apenas o beneficiamento simplificado no Maranhão, onde vendia o produto com a tributação do ICMS muito reduzida.

Com a decisão, o Estado do Maranhão obteve do Tribunal de Justiça o reconhecimento da ilegalidade dos benefícios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos à Companhia de Distribuição Araguaia (CDA), na gestão anterior pelo regime especial 04/2013, que alcançava também operações de importações, transferências de mercadorias entre filiais e sobre os serviços de transporte utilizado nas vendas.

O regime especial foi revogado pelo Secretário de Fazenda, Marcellus Alves Ribeiro, por meio da Portaria nº 388/2015 que anulou o privilégio por falta de amparo legal, tendo a empresa ajuizado mandado de segurança e o agravo regimental tentando reaver a isenção, que foi negado pela Justiça Estadual, mantendo os efeitos da Portaria da Secretaria de Fazenda.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Feira de Artes e Talentos do Fórum de São Luís

Estão abertas, até o dia 20 de novembro, as inscrições para II Feira de Artes e Talentos Integração e Cidadania, que irá ocorrer no hall do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), no período de 30 de novembro a 04 de dezembro de 2015. Destinado a artistas e artesãos da comunidade e do Judiciário, o evento apresenta uma variedade de expressões artísticas como pintura, escultura, xilogravura, fotografia e artesanato. Os interessados podem se inscrever na Biblioteca do Fórum, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ou pelo e-mail bliblioteca_slz@tjma.jus.br, no até o dia 20 deste mês. Cada artista ou artesão selecionado doará uma obra para o acervo permanente da Galeria de Artes Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do Fórum Des. Sarney Costa. O trabalho a ser doado, escolhido pelo próprio autor, não necessariamente deve fazer parte da exposição durante a feira.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Divulgação

Francisco Jansen, considerado como um dos principais traficantes do interior do Estado, foi preso em Caxias

Condenado por tráfico de drogas é preso em Caxias

Considerado um dos maiores distribuidores de drogas do município de Caxias, Francisco Jansen de Assunção Filho, conhecido como "Nego do Chico", foi localizado, em cumprimento a um mandado de prisão por sentença condenatória, referente ao crime de tráfico de entorpecentes. Capturado no início da noite de terça-feira (3), ele foi condenado a sete anos e três meses de prisão, pela 3ª Vara caxiense.

O criminoso, segundo o delegado regional Jair Paiva de Lima, é investigado como um traficante com atuação não apenas em Caxias, como, também, em cidades adjacentes, como Coelho Neto, por exemplo. O acusado, acrescentou a fonte, possui uma extensa ficha criminal, com passagens por receptação, porte ilegal de arma de fogo e por tráfico. Ademais, "Nego do Chico" tem também outra sentença condenatória, de 10 anos, devido à venda ilícita de entorpecentes, após ser preso em 2006 pelo próprio Jair.

O delegado observou que o tráfico de drogas não é uma exclusividade de Francisco Jansen, quando a referência é sua família, pois o pai do criminoso, Francisco Jansen de Assunção, o "Chico", possui várias condenações concernentes à comercialização de substâncias químicas, tendo sido flagrado, em uma das ocasiões, no ano de 2000, com pouco menos de 400kg de maconha.

Um tio de "Nego do Chico", de nome Aldenir Assunção, o "Belo", também fora sentenciado pelo mesmo crime. Ainda de acordo com Jair Paiva, Francisco Jansen é comparsa de "Nego do Tambor", que foi preso no ano passado pela Polícia Civil de Caxias com drogas e arma de fogo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação